

Princípios Básicos para Certificação da Fazenda



Introdução

A busca pela certificação de produtos agropecuários ocorre em função da agregação de valor relacionado com a qualidade dos produtos, a qual é garantida por certificado de uma empresa escolhida pelo produtor, mas reconhecida pelo consumidor. A certificação é a garantia de que o produto, processo ou serviço seguem os modelos de uma determinada norma. Essas mudanças aparecem em resposta à crescente demanda dos consumidores por produtos de elevada qualidade, no que diz respeito a seus componentes ou matérias-primas, métodos de transformação e distribuição. Quanto mais diferenciado for o produto, mais será percebido como único. Neste contexto, as certificações socioambientais ganham destaque de possíveis agentes transformadores. A busca dos consumidores por produtos de qualidade é crescente, assim como a procura por produtos que também sejam provenientes de um modelo de produção sustentável. As pessoas consomem produtos que consideram adequados para a saúde, influenciadas por fatores culturais, pessoais, psicológicos e sociais, que estão relacionados também com valores éticos e morais.

A certificação baseia-se no cumprimento de vários critérios sociais, ambientais e econômicos que visam manter a biodiversidade e o bem-estar dos trabalhadores e das comunidades locais, garantindo meios de vida sustentáveis mediante à modificação de uso do solo, ao uso dos recursos naturais, às práticas comerciais e aos procedimentos do consumidor.

Por que certificar?

Quando o produtor realiza suas atividades de acordo com as leis trabalhistas, contábeis, agrícolas e ambientais, demonstra ao mercado que tem produtos com rastreabilidade. Agindo corretamente e seguindo protocolos, contribui para que os produtos sejam de alta qualidade, então, por que não ser reconhecido e valorizado por isso? A certificação é uma oportunidade de organizar o empreendimento para melhor gestão da propriedade, além de assegurar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais.

A palavra **Certificação** gera muitas dúvidas aos produtores e pessoas envolvidas no mercado agropecuário. Alguns não fazem ideia do que seja, outros podem achar que é um gasto desnecessário, e poucos entendem a certificação como realmente deve ser: uma ferramenta de organização e gerenciamento de uma propriedade rural com um selo atestando isso a sua credibilidade.

A limpeza de um local, quando se deseja organizar algo, inicialmente parece difícil. Muitas coisas fora do lugar, sem identificação, materiais velhos e situações sem as devidas regularidades. Com a certificação não é diferente. Para se ter noção do que precisa ser ajustado é necessário movimentar e organizar, tarefa que costuma ser trabalhosa, mas que proporciona melhorias na propriedade, e, no final, os benefícios tornam-se visíveis para todos, seja pela maior fluidez da cadeia produtiva, seja por ganhos financeiros.

Certificação:

Comprovação formal de quem tem credibilidade legal.

Vantagens e Desafios da Certificação

As vantagens advindas do processo de certificação são muitas, algumas são destacadas a seguir:

- melhoria na gestão da propriedade;
- organização e regularização da propriedade;
- preço diferenciado pelo produto;
- reconhecimento dos mercados interno e externo;
- melhor compreensão do fluxo de produção;
- otimização do processo produtivo;
- redução do uso de insumos;
- melhoria das condições de trabalhos;
- disponibilização de um produto diferenciado para o mercado, dentre outras.

Como todo empreendimento, o início do processo de certificação apresenta desafios que muitas vezes precisam ser compartilhados para que se encontrem soluções adequadas à situação. Dentre os desafios, citam-se:

- custos com regularizações documentais;
- dificuldades pessoais com a organização;
- ajustes e manutenções de construções;
- despesas com consultoria, para orientar sobre os procedimentos necessários para iniciar a auditoria.

Etapas da Certificação

Após avaliar as vantagens e os desafios, quando o produtor decide buscar a certificação, é necessário pensar em algumas etapas para que este processo aconteça:

- buscar uma empresa certificadora para o produto;
- conhecer as normas da certificação;
- realizar ajustes e, se necessário, buscar consultoria;
- organizar a documentação;
- solicitar a certificação junto à certificadora escolhida;
- receber a proposta de serviço elaborada pela certificadora;
- submeter-se à auditoria a ser realizada pela certificadora;
- decisão de certificação (após levantamentos realizados pelo auditor, este verifica se as conformidades são suficientes para atender ao escopo da certificação. Se ocorrerem não conformidades, o produtor terá algumas semanas para regularizar e enviar os comprovantes ao auditor, que avaliará se a fazenda está apta ou não a ser certificada);
- receber certificado e selo de conformidade.

Diversas empresas estão disponíveis para a realização da certificação. Cabe ao produtor pesquisar e verificar qual melhor atende à sua demanda, pensando no mercado em que pretende colocar o seu produto, seja em nível regional, estadual, nacional ou até exportação.

Quais os tópicos verificados na certificação?

A certificação pode abranger vários produtos, como por exemplo, café, frutas, produtos pecuários, hortaliças, etc., entretanto, os princípios básicos para a certificação são os mesmos. Para se ter uma visão global, devem ser considerados quatro setores essenciais: administrativo, agropecuário, social e ambiental. Em cada um, é necessário detalhar informações para iniciar a organização, e, para isso, sugere-se montar uma pasta (física e digital) onde serão guardados todos os documentos (Fig. 1). Essa organização facilitará o acesso às informações por ocasião da visita do auditor à propriedade agrícola, para averiguação do cumprimento dos requisitos necessários.

Figura 1 - Arquivo e organização dos documentos da propriedade para apresentação durante a auditoria



Cada certificadora tem seu escopo para verificação dos critérios de certificação, de modo que as normas possam ser justas e igualitárias, buscando o grau de confiança para o consumidor. É importante que o proprietário esteja atento aos recursos que o auditor utiliza para verificar as conformidades da propriedade, sejam documentos físicos, digitais, entrevistas e registros fotográficos. A seguir são apresentados cada um dos critérios de verificação que serão analisados pelo auditor.

1. Gestão da propriedade

Quando se fala em gestão, todos os documentos pertinentes à aquisição, organização, compras, vendas, licenças, autorizações, identificações e cronogramas precisam estar em mãos, para que o auditor consiga fazer uma avaliação das conformidades. De maneira geral, precisam estar prontamente disponíveis:

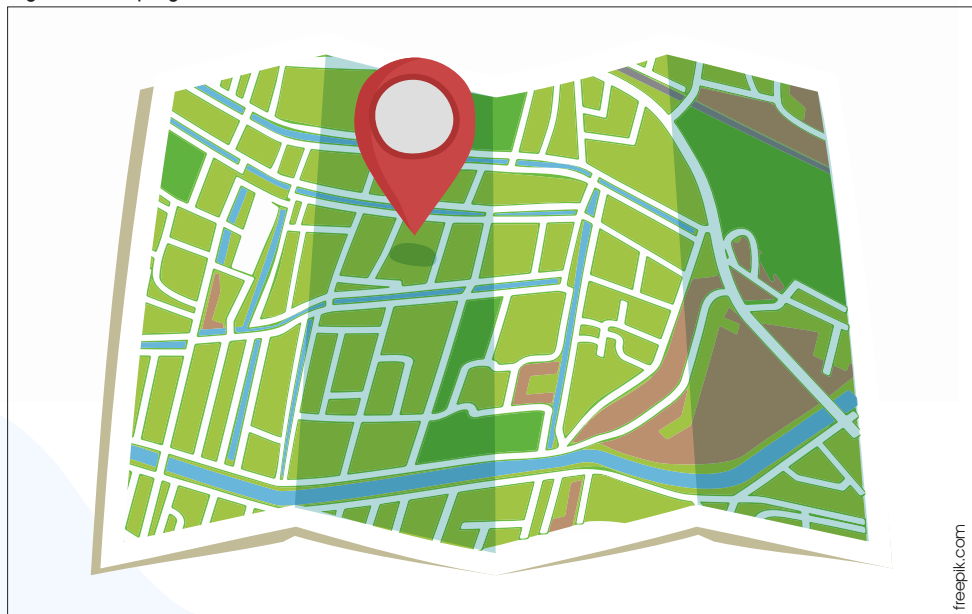
- comprovação de propriedade e outros documentos pertinentes à área rural (Cadastro Ambiental Rural - CAR, outorga, licenciamento...) (Fig. 2);

Figura 2 - Licenças, outorgas e autorizações



- mapa da área com indicações de delimitações, plantios, construções, áreas de reservas, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e cursos d'água (Fig. 3);

Figura 3 - Mapa georreferenciado mostrando toda a fazenda



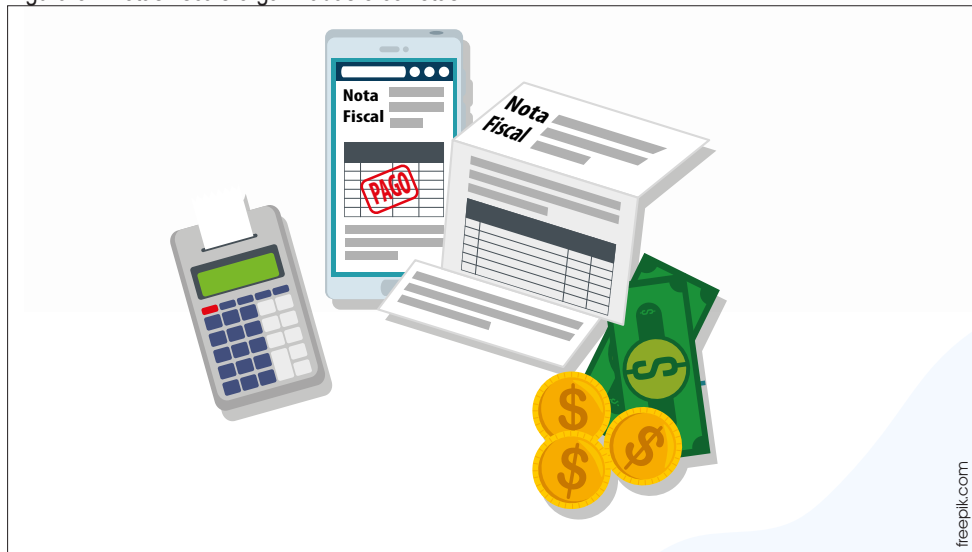
- plano de gestão da fazenda (plantios, colheitas, pulverizações, análises de solo...) (Fig. 4);

Figura 4 - Um plano de gestão bem organizado deixa claro os passos executados pelo gerente e colaboradores da fazenda



- manter todos os registros de compras, vendas, faturas e notas fiscais (Fig. 5);

Figura 5 - Notas fiscais organizadas e corretas



- manter um caderno com anotações de campo para rastrear tudo que for realizado (Fig. 6);

Figura 6 - Anotações diárias garantem a qualidade e a rastreabilidade do que é executado



Nota: Nem sempre a anotação de todas as atividades realizadas é feita diariamente, o que pode comprometer a verificação.

2. Práticas agropecuárias

Outro item de extrema importância, principalmente quando se fala de propriedade rural, são as ações realizadas para obter uma boa produção, o que envolve desde a aquisição de sementes e mudas saudáveis até o pós-colheita. Todas essas informações precisam ser registradas e, conseqüentemente, rastreadas. Este rastreamento é essencial caso ocorra algum problema de não conformidade. Assim, pode-se identificar precisamente onde ocorreu o erro, e, posteriormente, corrigi-lo. A auditoria busca ser educativa para a construção de uma produção agrícola cada vez mais sustentável e justa. Para isso, o auditado precisa organizar:

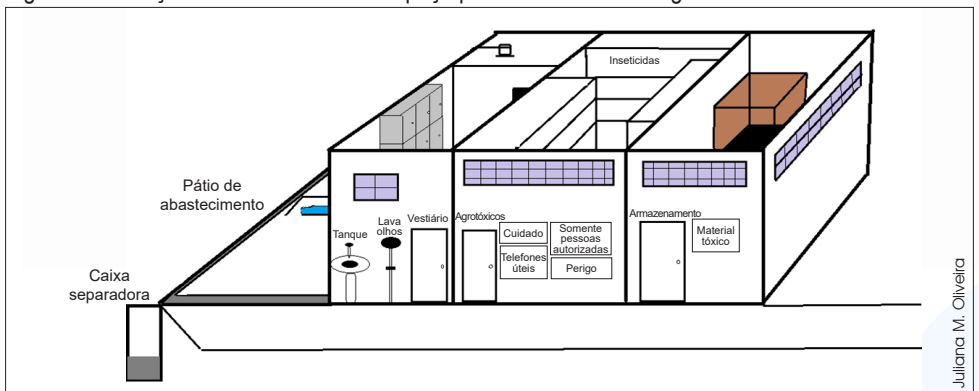
- receituário agrônomo com todas as informações pertinentes às aplicações (volume de calda, quantidade de produto, modo de aplicação, cuidados, recomendações, etc.) (Fig. 7);

Figura 7 - Toda aplicação de agrotóxicos precisa ser receitada por um engenheiro-agrônomo



- análise de solo, no mínimo, de dois em dois anos;
- registro do monitoramento de pragas e doenças (observar e entender o funcionamento da lavoura permite que o Manejo Integrado de Pragas e Doenças seja realizado eficientemente);
- utilizar somente agrotóxicos autorizados e registrados para a espécie cultivada (atentar-se às recomendações para a cultura e para o sistema de cultivo adotado);
- verificação e adequação das normas para compra, aplicação, armazenamento e devolução de agrotóxicos (Fig. 8);

Figura 8 - Esboço de como deve ser o espaço para o manuseio de agrotóxicos



Nota: Na imagem têm-se, da esquerda para a direita, o pátio de abastecimento, o vestiário, o cômodo de armazenamento de agrotóxicos e o cômodo de armazenamento de embalagens vazias até a destinação final.

- comprovação de controle de produção (o que é adquirido, vendido, usado, etc.);
- registrar e controlar irrigação.

Na organização das informações, podem-se adotar programas (softwares) específicos de gestão ou planilhas simplificadas, onde as informações diárias são anotadas e acompanhadas.

A seguir um modelo simples de organização das informações de campo. (Fig. 9).

Figura 9 - Modelo de planilha de Excel para a organização das informações da propriedade

	A	B	C	D	E	F	G
1	SERVIÇOS REALIZADOS						
2							
3							
4	DATA	GLEBA	TIPO DE SERVIÇO	TEMPO DE SERVIÇO	PRODUTO APLICADO	DOSE	FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							

Fonte: Marinalva W. Pedrosa

3. Condições de trabalho

Dentre as ações da certificação, tem-se o cumprimento das obrigações legais, o que é essencial quando se trabalha com pessoas, pois há responsabilidade social por trás do empreendimento. Por exemplo, trabalhos infantis e análogos à escravidão são inadmissíveis, assim como, discriminações, desrespeito a horários, férias, pagamentos salariais e de horas extras, bem como, sujeitar pessoas a riscos de qualquer espécie, enquadram em posturas de não conformidades na auditoria.

Um desses pontos é disponibilizar um local adequado para que os funcionários façam suas refeições (Fig. 10).

Figura 10 - Conforme legislação, é necessário ter um local adequado (limpo, seguro e com água limpa) para que os funcionários possam fazer suas refeições



Outros pontos importantes a atentar-se:

- o funcionário precisa ter liberdade de organização, como sindicatos ou cooperativas;
- o funcionário deve ser submetido a exames médicos periódicos, quando expostos a situações insalubres;
- áreas de riscos devem estar claramente identificadas, sejam através de textos e/ou cores.
- devem ser fornecidos EPIs aos trabalhadores.

Para ficar mais claro, é importante que o produtor e/ou consultor informe-se na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para saber mais detalhes.

4. Meio ambiente

Por último, mas não menos importante, está a responsabilidade ambiental do empreendimento. A conscientização ambiental está cada vez mais presente na mente dos consumidores e isso impacta diretamente a produção. Adequar a propriedade às leis ambientais é o carro-chefe para a busca do selo de certificação. Como norteadores, é necessário pensar nos pontos avaliados em cada uma das regras, as quais englobam aspectos relacionados com o solo, ar, água e destinação correta de lixos e resíduos. A partir disso, é importante:

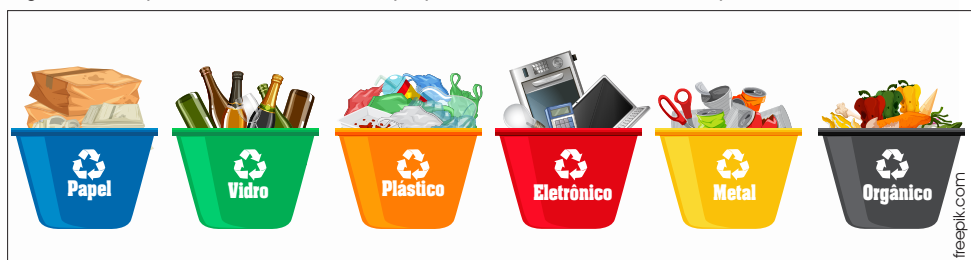
- proteger e identificar as APPs e as áreas de reservas (Fig. 11);

Figura 11 - Atender o que determinam as leis ambientais quanto à quantidade de área nativa que deverá ser preservada



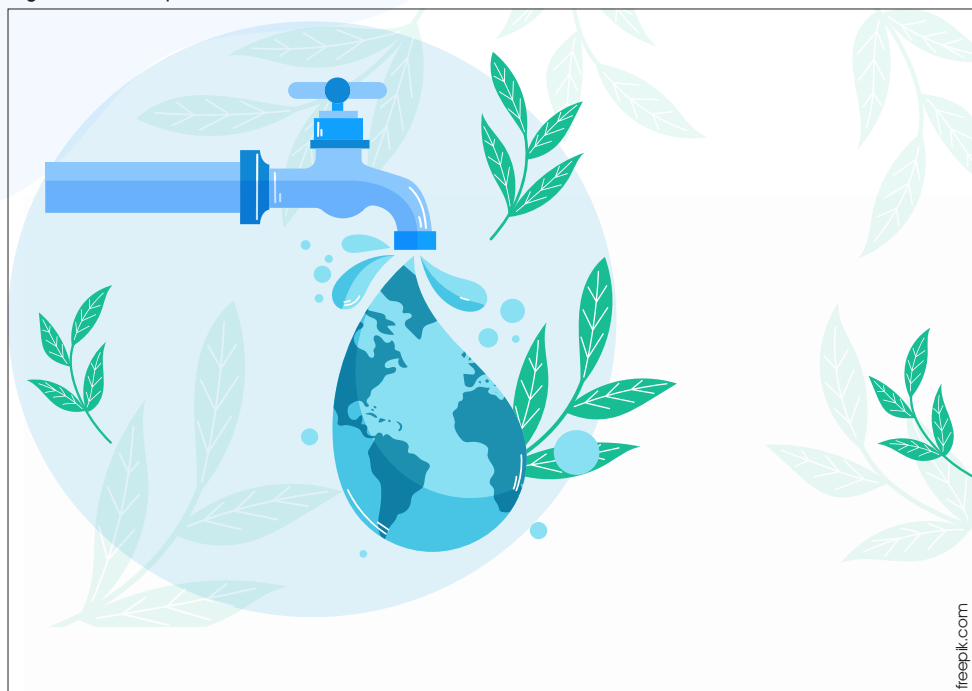
- separar o lixo e destiná-lo corretamente (Fig. 12), podendo-se começar com uma separação simplificada (seco e molhado) e melhorá-la conforme as condições;

Figura 12 - Separação dos resíduos da propriedade com destinação adequada



- comprovar que resíduos tóxicos são encaminhados para postos de coleta adequados;
- proibir queimadas e desmatamentos;
- comprovar que a água e a energia são utilizadas de forma racional e controlada (Fig. 13).

Figura 13 - Comprovar o uso racional dos recursos hídricos



Possíveis selos a serem obtidos pela certificação

É possível obter certificações de diversos produtos agrícolas de acordo com a necessidade do produtor e a demanda do consumidor (mercado a ser atendido). Seguindo princípios, critérios e normas preestabelecidas pelas entidades, a propriedade está apta a conquistar o selo de certificação, o que sinaliza ao consumidor que o estabelecimento cumpre as leis ambientais e sociais e busca produzir de maneira rastreável, já que todo o processo é registrado. Se tudo estiver de acordo, o produto recebe um selo que é afixado no rótulo ou embalagem, o que apresenta ao mercado quais diretrizes o material seguiu. Todos esses pontos apresentam maior transparência nos processos, e, conseqüentemente, garantem maior confiança do público no produto adquirido.

Principais selos e certificações utilizados no Brasil

Hoje existem mais de 20 selos de sustentabilidade e de alimentos no Brasil, alguns destes são apresentados a seguir.



Fundada em 1991, na França, a **Ecocert** incentiva um modelo agrícola favorável ao meio ambiente, e certifica alimentos orgânicos e cosméticos naturais ou orgânicos. A Ecocert tem como objetivo viabilizar processos de produção que respeitem o meio ambiente, o uso responsável da energia disponível e dos recursos naturais (água, ar, fertilidade do solo), os setores socialmente responsáveis e a melhor qualidade e segurança do produto.



A **ISO 14001** é oferecida, no Brasil, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e especifica os requisitos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), considerando aspectos como uso de recursos naturais, proteção de florestas e preservação da biodiversidade. O selo de sustentabilidade é oferecido para empresas e empreendimentos de todos os setores.



O selo **Rainforest Alliance** promove a ação coletiva pelas pessoas e pela natureza. Reforça os impactos benéficos das escolhas responsáveis, desde as fazendas e florestas até os caixas de supermercados. O selo permite que o cidadão reconheça e escolha produtos que contribuam por um futuro melhor para a população e o planeta.



O FSC® é o principal Sistema de Certificação Florestal do mundo. Presente em mais de 122 países, o selo FSC® identifica que a matéria-prima usada em produtos de origem florestal é proveniente de uma área manejada de forma ecologicamente correta, com condições justas de trabalho e de maneira economicamente viável.



A produção orgânica certificada pelo Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (**IBD**) inclui projetos agrícolas, produção de insumos, industrialização de alimentos, pecuária de corte, piscicultura, silvicultura, dentre outros. Entre os clientes figuram-se tanto grandes produtores e exportadores de produtos agrícolas quanto um número cada vez maior de médios e pequenos agricultores, algumas comunidades indígenas e um quilombo.

A certificação IBD tem credibilidade internacional e é monitorada por instituições como a International Federation of Organic Agriculture Movements (Ifoam), da Inglaterra.



Certifica Minas é o Programa de Certificação de Produtos Agropecuários e Agroindustriais do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de assegurar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais produzidos no Estado e a sustentabilidade dos Sistemas de Produção, proporcionando a esses produtos uma maior competitividade e favorecendo a inserção nos mercados nacional e internacional. Foi instituído através da Lei Estadual nº 22.926, de 12.01.2018, e apresenta escopos e selos distintos conforme produto a ser certificado.



A International Federation of Alternative Trade (Federação Internacional de Comércio Alternativo) define o comércio justo (**Fair Trade**) como uma parceria comercial, que se baseia em diálogo, transparência e respeito, e que busca maior equidade no comércio internacional. O Fair Trade originou-se da constatação de que o abismo entre as populações pobres e ricas vem aumentando e requer o estabelecimento de práticas comerciais mais justas. O comércio justo contribui para o desenvolvimento sustentável ao proporcionar melhores condições de troca, gerando parcerias e garantindo direitos para produtores e consumidores. É uma alternativa concreta e viável mediante o sistema tradicional de comércio. O Fair Trade proporciona melhores preços, condições de trabalho decentes, sustentabilidade local e termos de comércio justo para agricultores e trabalhadores no mundo em desenvolvimento.



O Código Comum para a Comunidade Cafeeira (4C) é um padrão de sustentabilidade independente e internacionalmente reconhecido para ancorar todo o setor do café. O foco do 4C é a produção sustentável de grãos verdes de café e suas atividades pós-colheita, com objetivo de elevar gradualmente as condições sociais, econômicas e ambientais da produção e o processamento de café em todo o mundo.



A Associação Brasileira da Indústria de Chocolates, Amendoim e Balas (**Abicab**) foi fundada em 19.01.1957, em São Paulo, dedicada às indústrias de chocolate no Brasil. Em 1990, agregou-se a esta o setor de Balas e Gomas, e em 2001 as indústrias de amendoim, tornando-se a Abicab. Atualmente, a entidade representa 92% do mercado de chocolates, 68% de balas e gomas e 62% de amendoim, reunindo pequenos e grandes fabricantes e com produtos diversos relacionados com os setores. A indústria brasileira, desses produtos, gera aproximadamente 34 mil empregos diretos.

A Abicab possui o selo Programa Pró-Amendoim que garante a qualidade deste produto no País. A Associação tem como objetivos principais promover e proteger os interesses das indústrias associadas, visando atender às legislações e ao desenvolvimento de iniciativas para estimular o consumo responsável, bem como, promover ações sociais de proteção do meio ambiente e segurança do alimento.



A Certificação Orgânico Brasil garante que os consumidores tenham acesso a alimentos isentos de contaminantes. Uma certificadora devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas de produção orgânica. Há três tipos de classificação de produtos orgânicos disponíveis para o consumidor: Certificação por Auditoria (OAC), Sistema Participativo de Garantia e Controle Social na Venda Direta.

Recomendações

Independentemente de qual selo o produtor deseja obter, o princípio de tudo é legalizar e organizar-se no campo e no escritório. Estando tudo em ordem, e sendo essa postura parte da filosofia da fazenda, conseqüentemente, o selo de certificação virá. As mudanças não podem ocorrer somente para a auditoria, precisam ser constantes e visar melhorias contínuas. A organização permite avanços.

Se o produtor quer buscar a melhoria de sua área, adentrar novos mercados, oferecer e agregar valor a um produto diferenciado, a obtenção da certificação é o melhor caminho.



Sites para quem busca a certificação da Fazenda

Abicab - <https://www.abicab.org.br/>

ABNT - <https://www.abnt.org.br/certificacao/sobre>

AC - <https://www.4c-services.org/>

Certifica Minas - <http://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/>

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm

EcoCert- <https://www.ecocert.com/pt-BR/home>

Fairtrade- <https://www.fairtrade.net/>

FSC - <https://br.fsc.org/br-pt>

IBD - <https://www.ibd.com.br/selo-organico-ibd/>

Instituto Estadual de Florestas: <http://www.ief.mg.gov.br/>

Norma Regulamentadora nº 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-22.677-de-22-de-outubro-de-2020-285009351>

Rainforest - <https://www.rainforest-alliance.org/pt-br/>

Senar - <https://ead.senar.org.br/>

Softwares de Gestão Aplicados à Agricultura - <https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/produtos/software-de-gestao/>

Cartilha - Princípios Básicos para Certificação da Fazenda, 2023.

Autoras

Juliana Maria de Oliveira
juliana.oliveira@epamig.br

Marinalva Woods Pedrosa
marinalva@epamig.br

Pesquisadoras EPAMIG Centro-Oeste, Prudente de Morais - MG

Maira Christina Marques Fonseca
maira@epamig.br

Pesquisadora EPAMIG Sudeste, Viçosa - MG

Produção

Departamento de Informação Tecnológica
Vânia Lúcia Alves Lacerda

Divisão de Produção Editorial
Fabriciano Chaves Amaral

Revisão

Rosely A. Ribeiro Battista Pereira
Maria Luiza Almeida Dias Trotta

Projeto Gráfico e diagramação
Ângela Batista P. Carvalho



AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

EPAMIG Centro-Oeste
Endereço: Rodovia MG 424 km, 64, Caixa Postal: 295, Prudente de Morais, MG, CEP 35701-970
Tel.: (31) 99589-7387 - epamigcentrooeste@epamig.br